

II SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

da educação adaptativa a prática colaborativa

22 a 26 de setembro de 2025, na Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó, SC

PORTFÓLIO: INSTRUMENTO DE INCLUSÃO PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA?

Taise Raquel Boita - UFFS
taise.boita@gmail.com
Erone Hemann Lanes
eronehl@gmail.com

A Educação Especial Inclusiva tem se constituído como um campo relevante dos estudos no âmbito das políticas educacionais contemporâneas, sobretudo quando nos referimos à garantia do direito à educação para todos os indivíduos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais. Fundamentada nos princípios da equidade, da justiça social e da valorização da diversidade, a educação inclusiva pressupõe a superação de práticas excludentes historicamente presentes no sistema de ensino, assegurando que estudantes público-alvo da Educação Especial tenham acesso, permanência, participação e aprendizagem em classes comuns do ensino regular.

No Brasil, observamos o avanço da legislação, especialmente a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) (Brasil, 1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) (Brasil, 2015), impulsionando uma reconfiguração das práticas escolares e a busca por uma reestruturação dos sistemas de ensino, visando atender às demandas de uma educação inclusiva de qualidade. Porém, a efetivação desses princípios ainda encontra grandes desafios, tais como a formação inicial e continuada de professores, a ausência de recursos didático-pedagógicos adequados, a infraestrutura das escolas e a resistência de parte da comunidade escolar à mudança de paradigma. Muitas práticas pedagógicas e avaliativas ainda se baseiam em modelos tradicionais, excludentes e padronizadores, que não contemplam as especificidades do desenvolvimento infantil.

Este estudo justifica-se diante dos desafios persistentes na efetivação da educação inclusiva e na escassez de produções consolidadas sobre o uso do portfólio como ferramenta



Cursos de Educação
Especial Inclusiva –
Segunda Licenciatura



II SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

da educação adaptativa a prática colaborativa

22 a 26 de setembro de 2025, na Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó, SC

avaliativa no contexto da Educação Infantil Inclusiva. Embora a legislação, como a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) e a Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 2008), avance no reconhecimento do direito à educação inclusiva, as práticas pedagógicas e avaliativas nem sempre acompanham essas diretrizes. Ainda predominam modelos padronizados que negligenciam os processos individuais de aprendizagem.

Para o aprofundamento dos estudos acerca do tema, buscamos referenciais teóricos que se apoiam em autores como Mantoan (2003), Vigotski (2007), além das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs), publicada em 2010, Oliveira-Formosinho, Pascal (2019) e o Currículo Base da Educação Infantil do Município de Chapecó (2023). A pesquisa também se baseia em levantamento bibliográfico no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), destacando a escassez de estudos específicos sobre portfólios avaliativos na educação infantil com foco em crianças com deficiência.

O presente trabalho a ser apresentado no evento é parte de um projeto de conclusão do curso na segunda graduação em Educação Especial Inclusiva da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Chapecó, vinculado ao PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica), que consiste em um programa do governo brasileiro, coordenado pela Capes, que visa oferecer formação superior gratuita para professores da educação básica que atuam na rede pública de ensino. O trabalho parte do entendimento de que a avaliação na Educação Infantil deve ser compreendida como um processo contínuo, formativo e qualitativo, voltado à valorização do desenvolvimento integral das crianças. Partindo desse pressuposto, torna-se ainda mais significativo quando se trata da inclusão de crianças com deficiência, cuja avaliação exige sensibilidade, escuta ativa e práticas docentes que considerem suas singularidades. Diante disso, o estudo propõe analisar os portfólios avaliativos construídos e organizados pelos professores da rede municipal de Chapecó (SC), verificando em que medida as narrativas descritivas e visuais presentes nos portfólios avaliativos de crianças com deficiência na etapa da educação infantil valorizam e acompanham o processo de aprendizagem e desenvolvimento dessas crianças.



Cursos de Educação
Especial Inclusiva –
Segunda Licenciatura



II SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

da educação adaptativa a prática colaborativa

22 a 26 de setembro de 2025, na Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó, SC

A pesquisa adotará a abordagem qualitativa, com análise documental, tendo como objeto de estudo cinco portfólios que contemplam as produções e vivências de crianças com deficiência, matriculadas na pré-escola de instituições públicas municipais. Os materiais serão selecionados com base em critérios éticos e técnicos, garantindo o anonimato de todos os envolvidos.

A análise buscará evidenciar como os professores constroem as narrativas descritivas e visuais nos portfólios, com ênfase nos aspectos cognitivos, físicos, emocionais, sociais e comunicacionais do desenvolvimento infantil, revelando ou não uma abordagem holística e inclusiva da avaliação. Partindo das questões: Como os professores constroem as narrativas descritivas? De que forma esses registros refletem o ensino e a aprendizagem? Em que medida contemplam o desenvolvimento integral? A pesquisa busca compreender como o portfólio pode ser um instrumento potente na avaliação de crianças com deficiência, favorecendo práticas mais justas, inclusivas e significativas. Entre os objetivos específicos, destacam-se: (1) Mapear os aspectos da aprendizagem e desenvolvimento (cognitivo, socioemocional, físico e comunicacional) das crianças com deficiência que são registrados nas narrativas descritivas e visuais dos portfólios avaliativos; (2) Verificar como as narrativas descritivas e visuais dos portfólios avaliativos valorizam as singularidades e os progressos individuais no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças com deficiência; e (3) Analisar de que maneira as narrativas descritivas e visuais presentes nos portfólios avaliativos permitem o acompanhamento (ao longo do ano) do processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças com deficiência, considerando suas múltiplas dimensões (cognitiva, socioemocional, física e comunicacional).

De caráter qualitativo, essa pesquisa se inicia com um estudo bibliográfico a fim de definir o tema – portfólio avaliativo na Educação Infantil – com o intuito de familiarizar-se com a temática e delimitá-la, realizando um levantamento bibliográfico, o que pode ser considerado um estudo exploratório (Gil, 2002, p. 61). A partir dessa etapa bibliográfica, adotaremos a pesquisa documental com as etapas assim indicadas por Gil (2002, p. 87): “(a) determinação dos objetivos; (b) elaboração do plano de trabalho; (c) identificação das fontes;



Cursos de Educação
Especial Inclusiva –
Segunda Licenciatura



II SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

da educação adaptativa a prática colaborativa

22 a 26 de setembro de 2025, na Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó, SC

(d) localização das fontes e obtenção do material; (e) tratamento dos dados; (f) confecção das fichas e redação do trabalho; (g) construção lógica e redação do trabalho.” No momento, realizamos o processo até a obtenção do material, pois as demais etapas acontecerão na parte seguinte da pesquisa em que analisaremos os documentos.

Os portfólios foram solicitados à Secretaria Municipal de Educação de Chapecó, SC, seguindo dois critérios: grupo etário pré-escola e crianças com deficiência. Esses portfólios deverão ser encerrados no segundo semestre do ano letivo de 2025, desse modo espera-se encontrar mais elementos a serem analisados, devendo ser mantido o anonimato tanto da criança quanto da professora, assim como detalhes sensíveis sobre a criança, preservando também o nome da instituição.

Os portfólios serão analisados considerando:

- A estrutura e organização do material;
- Os tipos de registros presentes (textos descritivos, fotos, desenhos, atividades);
- A ênfase no desenvolvimento global da criança (cognitivo, físico, emocional, social, comunicacional);
- A presença de uma abordagem holística e acompanhamento processual de avaliação;
- O reconhecimento da singularidade das crianças com deficiência nos registros.

A pesquisa almeja evidenciar a forma como os professores constroem as narrativas descritivas nos portfólios avaliativos de crianças com deficiência, revelando a profundidade com que estes documentos podem refletir o processo de ensino e aprendizagem dessas crianças. Busca-se demonstrar em que medida as narrativas presentes nos portfólios contemplam os múltiplos aspectos do desenvolvimento – cognitivo, socioemocional, físico e comunicacional – confirmando a relevância do portfólio como um instrumento capaz de valorizar os processos individuais e promover uma abordagem avaliativa verdadeiramente holística e inclusiva.

Em última análise, este estudo visa mobilizar a reflexão acerca de práticas de avaliação mais justas, sensíveis e alinhadas às necessidades de todas as crianças na Educação Infantil.

Palavras chave: Avaliação na Educação Infantil. Portfólio. Educação Inclusiva.



Cursos de Educação
Especial Inclusiva –
Segunda Licenciatura



II SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

da educação adaptativa a prática colaborativa

22 a 26 de setembro de 2025, na Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó, SC

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 07 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 07 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010. 36 p. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 07 maio 2025.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 de julho de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 07 maio 2025.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; PASCAL, Christine. **Documentação pedagógica e avaliação na educação infantil: um caminho para a transformação**. Porto Alegre: Penso, 2019.
- CHAPÉCÓ. **Currículo base da Educação Infantil do Município de Chapecó – SC**. 2023.
- VIGOTSKI, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Disponível em: https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/1-mackenzie/universidade/pro-reitoria/graduacao-assuntos-acad/forum/X_Forum/LIVRO.VYGOTSKY.FORMACAO.MENTE.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.



Cursos de Educação
Especial Inclusiva –
Segunda Licenciatura

